

O papel das ações coletivas no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso em Ubá, Minas Gerais.

Leandro Gomes de Oliveira (Universidade Federal de São Carlos) leandrobaquim@ufscar.br

William Sbrama Perressim (Universidade Federal de São Carlos) williamcapi@hotmail.com

Denise Cervilha de Freitas (Universidade Federal de São Carlos) decervilha@hotmail.com

Mário Otávio Batalha (Universidade Federal de São Carlos) dmob@ufscar.br

Resumo:

Esse estudo teve como objetivo determinar quais as ações desenvolvidas pela Associação do Campo de Aviação e Região (ACAR) na comercialização de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de Ubá, Minas Gerais. O método de pesquisa aplicado tem caráter qualitativo e foi desenvolvido a partir do estudo de caso via entrevista com os gestores da associação e de dados secundários sobre o PNAE. Os resultados indicam que a ACAR vem desempenhando seu papel em criar condições de comercialização mais favoráveis ao agricultor familiar associado. No entanto, para a sustentabilidade do empreendimento deve-se atentar para os seguintes itens: capacidade e competência gerencial dos associados; o uso de ativos particulares na operação logística; variedade dos produtos comercializados; e a implantação de estratégias comerciais para elevar o volume de negócios.

Palavras chave: Ações Coletivas, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Agricultor Familiar.

The role of collective actions in the National School Food Program: a study in Ubá, Minas Gerais.

Abstract

This study aimed to determine the actions developed by the association of aviation field and region (ACAR) in the commercialization of food from family farm to National School Feeding Program (PNAE) of UBÁ, Minas Gerais. The applied research method has a qualitative character and was developed from the case study through interviews with association managers and secondary data of the PNAE. The results indicate that ACAR has been playing its role in creating more favorable marketing conditions for the associated producer. However for the sustainability of the enterprise, attention should be paid to the following items: management capability and competence of the associates; use of private assets in logistics operations; variety of products marketed; and the implementations of commercial strategies to increase the turnover.

Key-words: Collective Actions, National School Feeding Program, Family Farm.

1. Introdução

Um dos principais pontos das políticas públicas brasileiras para o fortalecimento da agricultura familiar é o desenvolvimento de mercados institucionais. Políticas de apoio, incentivo e coordenação de atividades comerciais auxiliam a agricultura familiar (AF) a aumentar o acesso ao mercado, considerado um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Nesse contexto, um programa tem grande relevância nacional: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) e pode ser considerada uma evolução do programa de Merenda Escolar do governo federal iniciado na década de 40. Ele tem por objetivo fornecer alimentos aos alunos matriculados na educação básica contribuindo assim, para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis. Isso ocorre por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (FNDE, 2018a).

Para acessar esse programa, os agricultores familiares devem estar organizados em empreendimentos coletivos, como associações (COSTA; AMORIM JR.; SILVA, 2015). As associações apresentam grandes benefícios para os agricultores, uma vez que podem explorar economias de escala por meio da coletivização da produção dos agricultores, além de poder reduzir os custos de comercialização (NARROD et al., 2009).

De acordo com o IBGE (2006), Minas Gerais é o segundo estado brasileiro em número de estabelecimentos de agricultores familiares. Segundo Peres Júnior et al. (2013) a agricultura de Minas Gerais é majoritariamente familiar, compreendendo 437,4 mil propriedades, empregando mais de 1,2 milhão de pessoas. Um município mineiro que se destaca é Ubá, sendo que a agricultura familiar representa mais de 80% das propriedades rurais (OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017).

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é determinar quais são as ações desenvolvidas pela Associação do Campo de Aviação e Região (ACAR), na comercialização de alimentos da agricultura familiar para o PNAE de Ubá, Minas Gerais. Além dessa seção introdutória, o artigo está organizado em quatro seções. A segunda seção aborda o referencial teórico, compreendendo as temáticas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as Ações Coletivas da Agricultura Familiar. A terceira seção demonstra o método de pesquisa e a quarta apresenta os resultados alcançados. Em seguida, na quinta seção, são feitas as considerações finais do estudo.

2. Associações de agricultores familiares no PNAE

A teoria para o desenvolvimento deste estudo está fundamentada nas temáticas de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Associações de agricultores familiares.

2.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado o maior programa de suplementação alimentar da América Latina (BELIK, DOMENE, 2012). Criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e oficializado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o programa era denominado Campanha Nacional de Merenda Escolar (RIBEIRO et al., 2013), entretanto, em 1979, a campanha passou a ser denominada “Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)”, sendo de caráter centralizador, tendo a função de planejar os

cardápios, comprar os alimentos, contratação de laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda distribuição dos alimentos em todo o país. Em 1994 através da Lei nº 8.913, o PNAE passa a ter os recursos descentralizados, sendo executados mediante celebração de convênios com os municípios e com as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal (BELIK; DOMENE, 2012).

O objetivo principal do PNAE é suprir no mínimo 15% das necessidades alimentares e nutricionais diárias dos alunos durante sua permanência em sala de aula, por meio da distribuição de alimentos saudáveis e balanceados (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015). Com isso, melhoram-se os hábitos alimentares e as condições fisiológicas dos alunos, mantém-se a cultura alimentar e tradições regionais, reduzindo assim, a evasão e a repetência escolar (BELIK; DOMENE, 2012).

Desde sua implementação até os dias atuais, o programa tem sofrido grandes alterações em relação à abrangência, gestão, cardápios e diretrizes (MARQUES et al. 2014). Em 2009, através da Lei nº 11.947 ficou determinado que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados a alimentação escolar devem ser utilizados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e suas organizações, priorizando as comunidades tradicionais e os assentamentos da reforma agrária (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

Por meio da Lei nº 11.947 o PNAE amplia seu escopo, acrescentando além de aspectos de segurança alimentar e nutricional, diretrizes voltadas ao desenvolvimento rural local. Essa exigência impacta positivamente nos produtores rurais garantindo acesso a mercado, promovendo empregos e diminuição do êxodo rural e da pobreza rural e urbana (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015) e também possibilita o aumento de consumo de produtos frescos e o desenvolvimento acadêmico e fisiológico dos alunos da rede pública de ensino (BELIK, DOMENE, 2012).

Cada agricultor familiar precisa ter sua própria Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para comercializar sua produção com o PNAE. Essa declaração é uma espécie de certificação que assegura que o produtor se enquadra nos moldes do PRONAF como agricultor familiar e a partir dela, o produtor tem aval para participar do programa. Para a maioria dos produtores, a DAP pode ser obtida através de entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ou as Federações e Confederações de Agricultores, por meio de seus sindicatos. A DAP pode ser categorizada em física ou jurídica, sendo a física utilizada para os produtores familiares que entregam sua produção individualmente e a jurídica para agricultores familiares organizados em ações coletivas (associações e cooperativas) (OLIVEIRA et al., 2017).

Inicialmente, a lei nº 11.947/2009 previa que o valor máximo comercializado pela agricultura familiar totalizaria R\$ 9.000,00 por DAP, por ano. No entanto, em 2012, as reformulações do programa alteraram esse limite para R\$ 20.000,00 por DAP/ano (WITTMAN; BLESCH, 2015) garantindo aumento e estabilidade na renda dos agricultores (MENDONÇA; ROCHA, 2015).

No PNAE, os agricultores familiares não podem para fornecer seus produtos individualmente (MENDONÇA; ROCHA, 2015). De acordo com a lei e a Resolução 38 do FNDE os alimentos devem ser adquiridos de ações coletivas ou grupos organizados de agricultores familiares (comunidade de agricultores) (MARQUES et al. 2014). A necessidade de organização e cooperação entre os agricultores os beneficia, garantindo maior poder na medida em que obtêm melhores condições de sobrevivência e reprodução (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

2.2. Associações de Agricultores Familiares

Uma associação de produtores rurais nasce de uma necessidade ou oportunidade compartilhada por um grupo de indivíduos (SENAR, 2011). A essência da ação coletiva tem origem na existência de uma necessidade comum, que pode apenas ser suprida por meio de ações conjuntas (NARROD et al., 2009; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016).

Destaca-se que grande parte das políticas de desenvolvimento rural e inclusão produtiva baseiam-se no estímulo ao desenvolvimento de ações coletivas agrícolas, como associações e cooperativas de pequenos produtores. Estes empreendimentos cumprem seu papel em criar condições mais favoráveis ao produtor rural (HELLIN; LUNDY, 2009). Sendo o associativismo uma alternativa estratégica para viabilidade econômica da atividade, à medida que possibilita aos pequenos produtores um caminho de acesso ao mercado em melhores condições de concorrência (MAPA, 2018).

Uma associação de produtores rurais pode ser definida com uma sociedade cível sem fins econômicos e sem fins lucrativos, que tem como objetivo representar e defender os interesses dos associados (exemplo, prestação de serviços, fornecimento de assistência técnica, criar condições mais favoráveis para comercialização). Sendo que para sua formação e operação não se exige um número mínimo de associados, e esta é impedida de comercializar direto com o mercado, atuando apenas no suporte ao associado (SENAR, 2011).

Os principais benefícios ofertados pelas ações coletivas agrícolas são: aumento do poder de barganha; redução de custos; aumento da receita e lucratividade; compartilhamento de ativos e informações; acesso a serviços de comercialização, armazenamento e assistência técnica; acesso às linhas de financiamento específica; compartilhamento de canais de distribuição (WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016).

Destaca-se que a associação favorece notadamente o pequeno produtor característico da AF, visto que sua estrutura e funcionamento possibilitam uma inserção e coordenação mais eficiente na cadeia de suprimentos, como exemplo, a distribuição (MÉNARD; KLEIN, 2004), dimensão essa que o pequeno produtor não apresenta eficiente acesso. Proporcionam também a redução dos custos de transação e dos riscos da atividade, a partir da integração coordenada vertical e horizontalmente (FRANCESCONI; WOUTERSE, 2015).

Porém, é fundamental destacar que a estrutura coletiva de governança da associação impõe severos desafios e implicações gerenciais ao empreendimento. Gyau et. al. (2014) coloca que, mesmo diante dos inúmeros benefícios, a ação coletiva entre produtores rurais apresenta dificuldades e ineficiências em sua implantação, coordenação e gerenciamento. E as evidências empíricas mostram que nem sempre estes empreendimentos são bem sucedidos (FISCHER; QAIM 2014).

3. Método

Esse estudo pode ser caracterizado como qualitativo, sendo que seus objetivos serão alcançados através de estudos de caso. A abordagem qualitativa enfatiza a perspectiva do indivíduo, bem como tenta interpretar o ambiente que circunda a problemática da pesquisa (MARTINS, 2012). Desta forma, ela se mostra adequada a esse estudo por identificar as ações desenvolvidas pelas associações de agricultores familiares que comercializam seus produtos por meio do PNAE. Por sua vez, Yin (2005) considera que o estudo de caso é uma investigação empírica que possibilita a análise de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto, o que se coaduna com os objetivos deste trabalho.

Esse estudo foi implementado no município de Ubá, Minas Gerais, localizado na Zona da Mata, a 297 km da capital Belo Horizonte. Sua população é de 101.519 habitantes (3,82% residem em áreas rurais). A AF de Ubá representa mais de 80% (680) das propriedades abrangem 50% (8.575 hectares) da área do município (IBGE, 2015a). Produção de banana, laranja, manga, limão, feijão, milho, mandioca e tomate se destacam na agricultura do município (OLIVEIRA et al., 2017).

O estudo de caso foi aplicado na Associação do Campo de Aviação e Região (ACAR) entre julho e setembro de 2015, sendo esta escolhida intencionalmente e por conveniência, devido a acessibilidade de informações. Primeiramente, através de dados secundários foram coletados informações sobre o PNAE no município de Ubá, como forma de evidenciar o objeto de estudo. Posteriormente, um roteiro de entrevista previamente estruturado foi aplicado a dois gestores da ACAR, sendo esses responsáveis por todo o processo de comercialização da associação. O guia de entrevista compreendeu questões de identificação e caracterização dos agricultores fornecedores da associação e também perguntas relativas às atividades desenvolvidas pela mesma como forma de realizar a intermediação entre os produtores e as escolas cadastradas no PNAE.

4. Resultados e Discussões

Os resultados do estudo são apresentados em duas seções, sendo a primeira referente à operacionalização do PNAE em Ubá em 2015, e a segunda, relativa, às ações desenvolvidas pela ACAR.

4.1. O PNAE em Ubá, Minas Gerais

A institucionalização do PNAE no município de Ubá ocorreu em 1996. Ele é operacionalizado através de transferência direta de recursos, sendo transferidos do FNDE para uma conta específica do município. Esses recursos são repassados em 10 parcelas durante o ano de operacionalização do programa. No entanto, segundo a nutricionista responsável, devido aos encargos burocráticos e logísticos existe a necessidade de complementaridade de verbas da prefeitura do município.

Conforme a lei n. 11.947/2009, o PNAE deve comprar no mínimo 30% de alimentos de agricultores familiares. Não há como verificar se essa execução ocorreu nos anos de 2009 e 2010, uma vez que o site do FNDE disponibiliza somente dados a partir de 2011 (Tabela 1).

Anos	Recursos totais (R\$)	Recursos para a agricultura familiar (R\$)	Percentual %
2011	631.800,00	209.866,56	33,22
2012	879.588,00	292.906,84	33,30
2013	1.240.720,00	486.343,59	39
2014	900.111,60	473.675,52	53
2015	1.127.578,40	437.149,50	39

Tabela 1 - Recursos direcionados ao PNAE de Ubá e percentual adquirido da AF

Fonte: FNDE (2018b)

Percebe-se que o montante de recursos varia ao longo dos anos, isso pode estar relacionado ao volume de alimentos comercializados, que também oscila de acordo com a demanda das escolas. Apesar disso, pode-se evidenciar que em todos os anos foram respeitados a lei n. 11.947/2009, sendo adquiridos mais que o mínimo de compras desse segmento.

As compras são feitas através de chamadas públicas sem licitação, o que torna o processo de *marketing* mais dinâmico (OLIVEIRA et al., 2017). Os principais alimentos comercializados são frutas, legumes e hortaliças *in natura*, tubérculos, produtos de origem animal e alimentos processados. No entanto, os agricultores não comercializam esse último grupo de produtos, sendo que o programa possui fornecedores específicos, priorizando as economias de escala e redução nos custos.

No ano de 2015, o PNAE atendeu 26 escolas municipais e 19 estaduais, sendo principalmente creches, pré-escolas, ensino fundamental e médio, educação jovens e adultos (EJA), ensino integral (Tabela 2) (FNDE, 2018c). Teoricamente as escolas operam em dois períodos, o parcial (matutino ou vespertino) e o integral, entretanto, as instituições estaduais de Ubá não apresentam aulas em tempo integral. Nota-se que apesar do número de escolas municipais ser maior que os da rede estadual, o total de alunos da rede municipal é duas vezes menor que os da estadual, podendo isso estar relacionado à preferência das famílias em matricular seus filhos nesse tipo de escola ou do número de vagas disponíveis.

Esfera	Municipal		Estadual	
Período	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Creche	1.138	422	0	0
Pré-escola	1.887	112	0	0
Fundamental	162	3.114	7.379	0
Médio	0	0	3.628	0
Fundamental EJA	426	0	1.088	0
Médio EJA	152	0	1.589	0
TOTAL	3.765	3.648	13.684	0

Tabela 2. Total de alunos atendidos pelo PNAE em Ubá em 2015.

Fonte: FNDE (2018d).

Em 2015 o PNAE contava com 76 agricultores familiares fornecedores. Eles residem em Ubá e em municípios vizinhos, como Tocantins, Visconde do Rio Branco, Guiricema, Piraúba e Guidoal. Isso ocorre porque esses municípios são relativamente próximos à Ubá, o qual não inviabiliza a comercialização com o programa. Além disso, a falta de oferta de determinados produtos, faz com que os responsáveis PNAE busquem fornecedores em outras localidades para atender a demanda.

4.2. A Associação do Campo de Aviação e Região (ACAR)

A ACAR foi fundada em 2010 e fica localizada no centro do município Ubá. Neste ano ela contava com apenas 7 agricultores e em 2015, 28 agricultores (24 homens e 4 mulheres) já eram associados a essa associação. O gerenciamento da ACAR é realizado por três desses produtores, tendo que balizar entre as atividades produtivas e administrativas. Segundo Costa et al. (2015), o gerenciamento das cooperativas pode ser considerado um grande desafio para a agricultura familiar, pois a falta de verba suficiente impossibilita a contratação de funcionários dedicados às tarefas da cooperativa, sendo os próprios agricultores envolvidos com a gestão, seleção dos alimentos e transporte da produção até as escolas.

Os agricultores familiares da ACAR têm idade média de 46 anos de idade e a grande maioria dos agricultores possui somente o ensino fundamental, tendo somente cinco com ensino médio incompleto. O baixo nível escolar é um grande entrave enfrentado pelos agricultores familiares, uma vez que determinadas técnicas de gerenciamento e tecnologias para serem incorporadas necessitam de certo nível de instrução para que estas possam ser otimizadas e atenderem as necessidades dos produtores. Devido a esse fato, muitos agricultores não conseguem se adequar a essas práticas (WINCK; THALER NETO, 2012).

O PNAE compreende a comercialização de diversos gêneros alimentícios, como frutas, legumes, verduras, tubérculos, carnes, processados, produtos de origem animal. Entretanto, a ACAR não comercializa os produtos processados e tubérculos, sendo esses adquiridos de outras associações do município e região (Tabela 3). De acordo com Campos (2011) e Oliveira et al. (2017), caso a aquisição de alimentos da agricultura familiar não puder ser realizada no município a que pertence às escolas, o governo poderá complementar a demanda com produtos provenientes de outras localidades buscando sempre respeitar os hábitos alimentares locais.

Produtos	Número de fornecedores	Produtos	Número de fornecedores
Alface	7	Graviola	2
Couve	7	Cebola	2
Banana	5	Quiabo	2
Tomate	5	Feijão	2
Goiaba	4	Ovo Caipira	2
Maracujá	3	Manga	1
Mexerica	3	Salsinha	1
Cebolinha	3	Batata doce	1
Repolho	3	Acerola	2

Tabela 3. Produtos comercializados pela ACAR e total de agricultores fornecedores.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A Tabela 3 mostra que alguns produtos apresentam um maior número de fornecedores entre os produtores associados, sendo que a alface e a couve lideram a concentração com 7 produtores, seguidos da banana e do tomate com 5. Apesar da concentração, é possível concluir que a associação e seus produtores podem ofertar uma grande diversidade de produtos ao PNAE. Os demais gêneros alimentícios são disponibilizados por outras associações de produtores e de municípios vizinhos, pois somente a ACAR não consegue cumprir a demanda do programa.

O planejamento da comercialização é realizado com base na demanda das escolas e oferta de produtos da semana vigente. Os gestores da associação recebem os pedidos por telefone e com base no banco de dados buscam os produtores que produzem os alimentos requisitados. Feito o contato com os agricultores, esses separam os pedidos em caixas de plástico, sem embalagens individuais, sendo comercializado a granel. O uso de embalagens adequadas para a comercialização de frutas, legumes e verduras é fundamental para assegurar a qualidade do produto, que ocorrem no transporte do produto, minimizando assim os custos de transação e a rejeição da produção (ABEBE; BIJIMAN; ROYER, 2016).

As entregas dos alimentos na associação ocorrem na maioria das vezes uma vez por semana, sendo basicamente na segunda-feira. Caso haja imprevistos, alguns produtores são contatados (via telefone) para realizar mais de uma entrega ou para não comercializar naquela semana. Após o produto ser entregue na associação, os funcionários os separam em cestas de alimentos de acordo com os pedidos.

A associação não possui meios de transporte para realizar as entregas dos alimentos. No entanto, os gestores da associação cedem seus veículos, uma caminhonete e um carro. Eles também são responsáveis pelo transporte dos alimentos até as escolas, sendo que essas distam no máximo 15 km da sede da associação.

Por realizar essas tarefas, de gerenciamento e operacional, eles recebem um salário mínimo, que é pago a partir da remuneração dos agricultores com o PNAE. Em 2015, a comercialização com o PNAE gerou um renda de \$ R\$ 8.970,85 para cada produtor associado. Entretanto, pode-se notar que esse valor está muito abaixo do limite de comercialização de R\$20.000,00. Isso pode estar relacionado a demanda das escolas que está reduzindo, ou pelos recurso do governo federal que estão cada vez mais escassos ou por a associação não possuir agricultores com oferta de produtos suficiente para atender a demanda das escolas.

5. Conclusões

Esse estudo teve como objetivo determinar quais são as ações desenvolvidas pela Associação do Campo de Aviação e Região (ACAR) na comercialização de alimentos da agricultura familiar para o PNAE de Ubá, Minas Gerais. Os resultados encontrados permitem relevantes considerações.

O crescimento do número de associados, saindo de 7 em 2010 para 28 em 2015, indica que a organização vem apresentado atratividade e gerando benefícios aos associados. Porém, cabe atentar a estrutura e as condições gerenciais da ACAR. Como afirmado três produtores realizam as atividades administrativas e operacionais, compostas pelo contato com o cliente até a entrega do produto nas escolas. Estes enfrentam significativas dificuldades na atividade de gestão da associação (FISCHER; QAIM, 2014; GYAU et. al., 2014).

Outro ponto que aumenta a complexidade da gestão e da relação comercial com o mercado institucional é a variedade de itens produzidos pelos associados (19 itens), já que o planejamento comercial e operacional pode apresentar dificuldades de condução. Exemplo, o uso de embalagens para a comercialização de alimentos a granel, o que reduz a qualidade e elevam a rejeição de produtos, uma vez que os produtos estão em contato direto com os outros.

O uso dos dois veículos próprios dos associados para entrega dos produtos indica o envolvimento destes com o empreendimento, porém tal prática pode implicar em conflitos de interesse, já que o uso pode ser direcionado para o atendimento de um indivíduo ou um grupo menor. Por fim, o volume de negócio gerados no ano de 2015, significativamente abaixo do limite do PNAE por produtor, indica que a associação pode implantar e desenvolver medidas estratégicas junto aos associados para elevar a possibilidade de negócios.

Desta forma, conclui-se que a ACAR vem desempenhando seu papel em criar condições de comercialização mais favoráveis ao produtor associado. No entanto, para a sustentabilidade futura do empreendimento deve-se atentar para os seguintes itens: capacidade e competência gerencial dos associados envolvidos com a gestão; o uso de ativos particulares na operação logística; variedade dos produtos comercializados; e a implantação de estratégias comerciais

para elevar o volume de negócios por produtor. Para futuras pesquisas coloca-se a investigação da viabilidade de novos serviços ofertados pela associação, como embalagem para os produtos.

Referências

- ABEBE, G. K.; BIJIMAN, J.; ROYER, A.** *Are middlemen facilitators or barriers to improve smallholders' welfare in rural economies? Empirical evidence from Ethiopia.* Journal of Rural Studies, v. 43, p. 203-213, 2016.
- BELIK, W.; DOMENE, S. M. A.** *Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo-Brasil.* Agroalimentaria, v.18, n.34, p.57-72, 2012.
- CAMPOS, R. A.** *Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do programa nacional de alimentação escolar-PNAE no município de Campina Grande/PR.* 2011. 53 f. Monografia de curso de especialização (Pós Graduação Gestão Pública Municipal), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- COSTA, B. A. L.; AMORIM JR., P. C. G. ; SILVA, M. G.** *As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais.* Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, n.1, p.109-126, 2015.
- FISCHER, E.; QAIM, M.** *Smallholder Farmers and Collective Action: What Determines the Intensity of Participation?* Journal of Agricultural Economics, v. 65, n.3, p.683-702, 2014.
- FRANCESCONI, G. N; WOUTERSE, F.** *Promoting the role of farmer-based organizations for value chain integration: the tension between a program's targeting and an organization's investment strategy.* Agricultural Economics, v. 46, n. 4, p.527-536, 2015.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.** *PNAE: Histórico.* Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 15 jul. 2018a
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.** *Dados da agricultura familiar.* Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> Acesso em: 15 jul. 2018b.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.** *Escolas atendidas 2015.* Disponível em: http://www.fnnde.gov.br/dadosabertos/dataset/pnae-escolas-atendidas-2001/resource/95f7800e-d199-427a-be77-ed82003e57e9?inner_span=True Acesso em: 15 jul. 2018c.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.** *Aluno por ação do programa nacional de alimentação escolar.* Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do> Acesso em: 15 jul. 2018d.
- GYAU, A.; FRANZEL, S.; CHIATOH, M.; NIMINO, G.; OWUSU, K.** *Collective action to improve market access for smallholder producers of agroforestry products: key lessons learned with insights from Cameroon's experience.* Current Opinion in Environmental Sustainability. v. 6, p.68-72, 2014.
- HELLIN, M. LUNDY, M. M.** *Farmer organization, collective action and market access in Meso-America.* Food Policy, v. 34, n. 1, p.16-22, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** *Censo Agropecuário 2006.* Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** *IBGE cidades 2010.* Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>. Acesso em: 3 de junho de 2014.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.** 2018. *Associativismo rural.* Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em: 01/06/2018.

- MARQUES, A. A.; FERNANDES, M. G. M.; LEITE, I. N.; VIANA, R. T.; GONÇALVES, M. C. R.; CARVALHO, A. T.** *Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará.* Saúde e Sociedade, v. 23, n.4, p. 1329-1341, 2014.
- MARTINS, R. A.** *Abordagens quantitativa e qualitativa.* In: MIGUEL, P. A. C. Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 47-63.
- MÉNARD, C. KLEIN, P. G.** *Organizational issues the agrifood sector: toward a comparative approach.* American Journal of Agricultural Economics, v. 86, n.3, p.750 -755, 2004.
- MENDONÇA, M.; ROCHA, C.** *Implementing national food policies to promote local family agriculture: Belo Horizonte's story.* Development in Practice, v. 25, n. 2, p.160-175, 2015.
- NARROD, D. R., ROY, D.; OKELLO, J.; AVENDAÑO, B.; RICH, K.; THORAT, A.** *Private partnerships and collective action in high value fruit and vegetable supply chains.* Food Policy, v. 1, p.8-15, 2009.
- OLIVEIRA, L. G.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B.** *Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil.* Ciência Rural, v. 47, n.1, p. 1-6, 2017.
- PERES JÚNIOR, M. R. ; PEREIRA, V. G. ; SIQUEIRA, P. H. L.; ANTONIALLI, L. M.** *Caracterização e agrupamento de município de Minas Gerais em relação à agricultura familiar.* Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 9, n. 3, p. 54-99, 2013.
- RIBEIRO, A.L.P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T.** *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul.* Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto, v.1, n.1, 2013.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL.** 2011. *Associações rurais.* Disponível em: <http://www.senar.org.br/sites/default/files/153_-_associacoes_rurais_0.pdf>. Acesso em: 01/06/2018.
- SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S.M.P.P.** *Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP).* Revista de Economia e Sociologia Rural, v.52, supl.1, p.205-222, 2015.
- TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S.** *Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção.* Saúde & Sociedade, v.19, n.4, p.933-945, 2010.
- WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M.** *Teorias da Ação Coletiva no Campo do Agronegócio: Uma Análise a Partir de Teses e Dissertações (1998-2012).* Desenvolvimento em Questão, v. 14, n. 35, p. 307-343, 2016.
- WINCK, C. A.; THALER NETO, A.** *Perfil de propriedades leiteiras de Santa Catarina em relação a Instrução Normativa 51.* Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal, v.13, n. 2, p. 296-305, 2012.
- WITTMAN, H.; BLESCH, J.** *Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil.* Journal of Agrarian Change, v.17, n.1, p.81-105, 2017.
- YIN, R.K.** *Estudo de caso: planejamento e métodos.* 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.